

O DISCURSO SOBRE A MULHER NA MÍDIA MATO-GROSSENSE DO SÉCULO XIX

Julyene Oliveira Teixeira¹
Sílvia Regina Nunes²

INTRODUÇÃO

Filiadas à Análise de Discurso materialista, tal como desenvolvida a partir dos trabalhos fundadores de Michel Pêcheux e colaboradores na França e de Eni Orlandi e colaboradores no Brasil, analisamos os efeitos de sentido produzidos por um texto do jornal mato-grossense *A Situação*, o qual circulou na segunda metade do século XIX em Cuiabá, mostrando como uma memória de “mulher ideal” produz um discurso de normatização do comportamento feminino.

Partimos da afirmação de que a diferença entre os gêneros vem sendo construída discursivamente, “efeito de um processo de interpelação complexo e contraditório” (ZOPPI-FONTANA, 2013) em nossa sociedade, sendo então naturalizadas algumas determinações acerca da diferenciação entre homens e mulheres.

A filósofa Judith Butler faz sua crítica ao modelo binário entre sexo e gênero existente no feminismo, defendendo que talvez não haja distinção entre sexo e gênero, visto que essa diferenciação se dá pelo discurso, onde o sexo significa para a sociedade de tal forma que são atribuídos aos corpos diferentes “papéis” de gênero, baseados em sua diferenciação anatômica. Sobre o assunto, Butler comenta:

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. Bolsista de Iniciação Científica/PROBIC/FAPEMAT. Pesquisadora do Projeto Mulheres de/em Mato Grosso: processos de identificação, mídia e sexualidade, financiado pela FAPEMAT.

² Doutora em Linguística/Análise de Discurso pela UNICAMP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT, vinculada à linha de pesquisa: Estudos de Processos Discursivos. Coordenadora do Projeto de Pesquisa: Mulheres de/em Mato Grosso: processos de identificação, mídia e sexualidade, financiado pela FAPEMAT.

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável. (BUTLER, 2014, p.195).

Tomamos, então, o gênero como uma invenção, isto é, uma diferenciação instituída nos corpos a partir de produções discursivas, mostrando que antes de nascer a criança já significa o gênero que lhe foi atribuído e que essa diferenciação entre homens e mulheres de forma dicotomizada revela relações de poder instituídas a partir dos efeitos de verdade produzidos nesses discursos.

A construção do gênero, através do modo como a educação delegada ao sujeito pela família, Estado e pela sociedade em geral o institui, mostra uma adequação a um determinado lugar para a mulher e pode ser observada no recorte que utilizamos para a análise neste trabalho, cuja formulação objetiva educar as mulheres para que sigam determinado padrão comportamental.

O jornal *A Situação* circulou na segunda metade do século XIX e o recorte analisado está localizado na seção *Variedade* com o título *A's senhoras casadas e por casar*, que apresenta em sua estrutura uma lista com doze itens contendo recomendações acerca do comportamento das mulheres em relação ao (futuro) marido.

ANÁLISE

Nosso material de análise apresenta em sua formulação um modo de ser e agir específico para a mulher, pautado em modelos que permeiam o imaginário de *feminino* desde a mais tenra idade e como um determinado lugar social atribuído à mulher se constitui a partir da circulação de dizeres que afetam seu comportamento. Observamos, também, quais interesses estavam em pauta ao se fazer esse discurso de normatização do comportamento.

Para nos familiarizarmos com o jornal *A Situação*, temos uma breve apresentação de sua estrutura formulada por Nunes:

[...] foi um dos que mais publicou atos oficiais (por aproximadamente dez anos). A circulação deste jornal se estendeu até a Proclamação da República em 1889, completando 21 anos de existência (1869 a 1889). Era um jornal de quatro páginas que, inicialmente circulava aos domingos, e mais tarde passou a circular duas vezes por semana. O periódico se autodesignava como um “jornal oficial, político e literário” [...] (NUNES, 2012, p. 61).

O jornal *A Situação* se inscreve como um Aparelho Ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1996), assim como a família, que como proposto por Althusser, são entidades que levam as pessoas a se colocarem em “seu lugar” se reconhecendo como sujeito através da interpelação ideológica.

No século XIX, sob a égide do Iluminismo, a sociedade brasileira funcionava como uma onda homogeneizante, em que o discurso dominante era o de se aproximar ao máximo do modelo social europeu, onde o interior copiava a capital e a capital por sua vez copiava a metrópole, fazendo com que houvesse, neste período, uma disputa local baseada na formação da identidade de língua regional, em que o Rio de Janeiro, capital nacional, era considerado modelo a ser seguido em outras regiões (SEVCENKO, 1998). Este discurso, determinado pelo modelo europeu, era reproduzido nos jornais, escolas, igrejas e também dentro das casas na educação familiar. Modelo este apresentado não apenas na língua, mas também como formador de uma identidade nacional com regras estabelecidas. Havia uma mistura entre vida privada e vida pública, em que os limites não eram fluidos e muitas vezes se confundiam, fazendo com que questões familiares fossem julgadas por membros da Igreja, Estado e sociedade em geral (PERARO, 2001).

Compreendemos que tanto os Aparelhos Repressivos, quanto os Aparelhos Ideológicos de Estado sustentavam a normatização de atos sociais, demonstrando a configuração de uma política higienista da época.

Apresentamos nosso recorte do Jornal *A Situação*.

Recomendamos, e mui seriamente esses conselhos **para que fação a felicidade de seus maridos.**

1º Persuadir-se intimamente que ha dois modos de mandar em uma familia: um pela expressão da vontade, que pertence a força, o outro pelo irresistível poder da doçura, à que se submete a própria força. O primeiro é próprio do marido; a mulher não deve usar senão do

segundo. Uma mulher que [ilegível] eu não quero, merece perder a parte que lhe toca no mando.

2º Evitar contradizer o marido.

[...]

3º Não intrometer-se nos negócios do marido, esperando que elle lhe confie o que quiser, e não o aconselhando senão quando consultada.

4º Não pregar sermões ao marido. Pregar com os exemplos e praticar virtudes para fazel-as amar.

5º Não exigir nada para obter muito, e mostrar-se sempre contente com o que faz o marido.

6º Quasi todos os homens soffrem pela vaidade: a mulher deve fugir sempre de amesquinhar seu marido, ainda nas cousas mais insignificantes: e embora tenha talento nunca deve aparental-o superior ao do chefe da familia.

7º Quando o marido der uma opinião que não seja fundada, a mulher não dará a entender immediatamente mas procurará trazel-o pouco a pouco a razão, com doçura e agrado: e, logo que o convença, deixar a elle o mérito de ter elle proprio acertado com o que era justo e conveniente.

8º Os homens tem muitos negocios que os põe de mau humor: essa é a hora do triunfo da mulher: a mulher deve tratar n'essas occasiões com mais affectuosidade que nunca o marido; consollal-o, levantar-lhe o animo, **corresponder aos seus desdens com bons modos** e não reprehendel-o nem humilhal-o.

9º Fazer uma escolha bem reflectida de amigas; ter poucas e desconfiar dos seus conselhos, sem escutar suas intrigas para tornar se odiosa. Gostar muito do acceio e pouco luxo, vestir com graça e sobretudo com limpeza e decencia.

10. Não ser curiosa sobre os negocios do marido, procurando a sua com confiança igual. Observar ordem em tudo e não enfadar-se nunca e nem reprehender systematicamente e com violencia os creados, para que a sua propria casa seja para o marido, mais agradável que outra qualquer.

11. Dar a entender em todas as occasiões que se refere à luzes e conhecimentos de seu marido, sobretudo diante de gente, ainda quando para isso seja preciso passar por nescia em sua opinião, não esquecendo que a mulher se aprecia pelo apreço que faz de seu marido.

12. Deixal-o em plena liberdade de obrar, ir e vir onde lhe pareça: uma mulher deve fazer sua companhia tão agradável ao marido, que não possa olhar-se bem sem ella, e que fóra de sua casa sejam insípidos todos os prazeres, se os não compartilha com sua companheira e amiga.

Este recorte, alicerçado em sua primeira orientação, que funciona como um resumo de todas as outras recomendações, sustenta a temática sobre o comportamento da mulher, tendo as recomendações existentes um único objetivo: *para que fação a felicidade de seus maridos*. Neste item podemos destacar a forma hierarquizada como são elaboradas as recomendações, já iniciando com a

determinação de qual seria a função da mulher nessa relação de poder pré-estabelecida. No texto não são formulados dois modos de *organizar*, *construir* ou *vivenciar* uma família, mas sim *dois modos de mandar*. Há, portanto, um silêncio (Orlandi, 2007), acerca da possibilidade de modos de convivência familiar sustentada na horizontalidade em detrimento de uma formulação que aponta sobre a disciplina e o exercício de poder.

Esses dois modos de mando estão divididos da seguinte forma: *um pela expressão da vontade, que pertence a força, o outro pelo irresistível poder da doçura, à que se submete a própria força. O primeiro é próprio do marido; a mulher não deve usar senão do segundo. À mulher, portanto, fica a orientação de que use apenas do segundo mando, aquele que é submetido ao primeiro.*

Com isso, é explícita a divisão hierárquica que é almejada para a organização familiar, em que a mulher deve se submeter ao marido para que haja um determinado benefício em relação a isso. A partir disso, podemos levantar algumas questões, pois vemos aí diferentes sentidos presentes para o *mando*. O que seria esse *poder da doçura*? E o *poder da força*? Que efeitos de sentido são produzidos nesse discurso?

O *poder da doçura* demonstra um efeito de liberdade que consideramos ilusória, que mais limita do que liberta, pois na prática não é um poder e sim subordinação. Nietzsche (2013) defende que a origem dos preconceitos morais está diretamente relacionada com as relações de poder estabelecidas, visto que quem determina o certo/errado, bom/mau em um determinado espaço é aquele que tem poder neste local.

Trazendo para nosso recorte, mostramos quem ocupa a posição determinante e sobre qual formação discursiva estão assentadas tais determinações, que são as formações discursivas religiosa e familiar, sendo a familiar patriarcal, que submete a mulher ao “chefe da família” o detentor do poder da força. Detentor do poder de decidir sobre o comportamento e sobre a moral.

A palavra *mando*, na forma como é enunciada, tem seu sentido deslizante e polissêmico no que se refere às suas atribuições, estando o *poder da doçura* sempre submetido à *expressão da vontade, que pertence a força*, estando a mulher livre

para se submeter à *força*, sob pena de *perder a parte que lhe toca no mando*. Essas recomendações sobre o comportamento das mulheres tem o objetivo de discipliná-las, é uma cartilha que se deve seguir para exercer seu *poder da doçura*, essa doçura gerada pela disciplinarização de seus corpos, que silencia um modo de liberdade que estaria perdida nesse processo. Para Foucault (2010), o poder é expresso através da dominação dos corpos, feita pela tirada da liberdade, através da disciplina e prisão, evocando a docilidade do sujeito.

Ao observar outros jornais do mesmo período³, observamos que é raro aparecer notícias sobre as mulheres e que em geral elas aparecem inscritas em contos e poesias. Essa “aparição”, restrita ao discurso literário, produz um efeito de leitura determinado por um imaginário da mulher ideal a partir de personagens dóceis e submissas, silenciando, desta forma, aquelas que desviam desse padrão. As que se desviam desse padrão aparecem adjetivadas de forma negativa ao serem discursivizadas como loucas, feiticeiras, sedutoras, pecadoras. Tais jornais produzem efeitos de marginalidade para essas mulheres desviantes e tem como objetivo a inserção delas num discurso normalizador. A partir dessas aparições nos jornais, compreendemos como se processa uma legitimação da opressão sobre a mulher, um efeito da ideologia machista-patriarcal.

Essa padronização que funciona como uma fabricação de pessoas com características pré-determinadas, nos remete a lógica industrial, e, nesse caso, a mulher é metaforizada como mercadoria, objetificada e avaliada como um produto, que passa pelo controle de qualidade, para finalmente ir para o mercado. Sendo a compra finalizada através do casamento, o que não se distancia dos interesses financeiros em que estavam inseridos nos casamentos do século XIX, quando também era usual que se determinasse comportamentos das pessoas, pois havia uma onda modernizadora na qual se objetivava a aproximação dos moldes europeus em todos os setores da sociedade. Havia, portanto, como já apontamos, um processo eugenista, determinado pelo modelo europeu.

³ Alguns dos jornais consultados: *O Liberal* (1874, 1879); *O Porvir* (1877, 1878); *A Opinião* (1878); *O Expectador* (1884, 1885); *Gazeta* (1889).

No século XIX, a mulher não possuía voz na/para a sociedade, sendo somente objeto de enunciação dos homens. Isso quando era enunciada, pois até a produção historiográfica sobre a mulher é recente. Esse silenciamento sobre a mulher acarreta a legitimação de preconceitos e a marginalização feminina. Há um processo de censura que Orlandi (2007) caracteriza como “por em silêncio”, um dizível que não pode ser dito. O primeiro silenciamento ocorre na história, primeiro porque quase não se fala sobre a mulher na história, e o segundo porque quando isso ocorre/ocorria é/foi através dos homens.

Pela censura, o sujeito é proibido de ocupar posições consideradas proibidas por que produzem sentidos proibidos. O sujeito é proibido de circular pelas formações discursivas. [...] a censura, ao contrário do que se supõe comumente, não age sobre aquilo que o sujeito não sabe mas justamente sobre aquilo que ele é suposto saber (o já dito). (ORLANDI, 2007. p.139).

Essa forma de discurso relaciona-se a um modelo a ser seguido, sustentada os Aparelhos Ideológicos do Estado e materializada na forma de dominação, segregação e silenciamento das mulheres.

Como existe sempre um já dito e uma memória discursiva, esse discurso, ao associar as mulheres às feiticeiras e/ou loucas, nos remete a duas ocasiões da história. Primeiro, o período medieval, da caça às bruxas e repressão feita pela Igreja aos pagãos e hereges. A segunda ocasião é contemporânea ao jornal, em que a repressão sexual e dominação dos corpos acontece não mais apenas pela Igreja, mas também pelo discurso médico que foi inserido para legitimar pela ciência o que a moral religiosa e o higienismo da época propunha, tornando a loucura como algo inerente à fisiologia feminina, originando de seus órgãos sexuais e da manifestação de sua feminilidade (MARTINS, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos como a mulher é enunciada no jornal *A Situação*, compreendendo os efeitos de sentido produzidos na formulação midiática mato-grossense do século XIX e como o discurso jornalístico produz um efeito de leitura

(ORLANDI, 2005), a partir do modelo de mulher ideal em circulação nesse recorte do jornal.

A forma como as mulheres são enunciadas no jornal produz uma situação de estranhamento, provocando uma necessidade de adequação. Em nosso recorte percebemos como o funcionamento da negação é limitante e restritivo para as ações das mulheres, expressando uma interdição às suas ações antes mesmo de serem realizadas, aparecendo sempre acompanhado de algum ato que pode ser considerado manifestação do poder da força, inerente ao homem. Para a mulher fica materializada a condição de se submeter ao controle e a disciplina, onde a prática da autonomia nem é mencionada, silenciando seus atos e voz enquanto sujeito. Com toda essa limitação, acontece um processo de individuação, que se mostra através da falha da ideologia e da língua, mas que pode apontar para um processo de resistência, conforme salienta Pêcheux (1997).

Esses processos de resistência podem ser encontrados nos diversos movimentos de luta das mulheres em circulação na sociedade, tais como o próprio feminismo ou a Marcha das Vadias, bem como em músicas produzidas na relação com a temática sobre a mulher. Essas relações se encontram em fase de análise em nossas pesquisas e apontam que se institui um outro lugar para o discurso sobre o comportamento da mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado: notas para uma investigação. In: ZIZEK, Slavoj (org.) *Um Mapa da Ideologia*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.105-140.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 7ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. 38ªed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Um Sistema Instável: as teorias ginecológicas sobre o corpo feminino e a clínica psiquiátrica entre os séculos XIX e XX. In: SANTOS, Nádía Maria; WADI, Yonissa Marmitt (orgs.) *História e loucura: saberes, práticas e narrativas*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

NIETZSCHE, F. W. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução de Paulo Cesar de Souza. – São Paulo: Cia das Letras, 2013.

NUNES, Sílvia Regina. Nas Brenhas de Mato Grosso: Imaginários de Língua no Jornalismo do Século XIX. In: ALMEIDA, Eliana; PAROLIN, Maria Inês (orgs.) *Fronteiras de Sentidos & Sujeitos Nacionais*. Cáceres, Fapemat; Campinas, Editora RG, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas - SP: Pontes, 2005.

_____. *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*. 6ªed. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

_____. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: ORLANDI, Eni. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia*. 2ªed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas : Editora da Unicamp, 1997.

PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império*. São Paulo: Contexto, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.27-28.

ZOPPI-FONTANA, Monica G.; BORGES, Águeda A. C. *Mulheres em discurso: processos de subjetivação e práticas de resistência*. Simpósio Temático n. 087, http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=293, UFSC, 16 a 20 de setembro de 2013.